

ESTRATÉGIA DE LONGO PRAZO

2024 -2028

SC PARTICIPAÇÕES E PARCERIAS S.A. – SCPAR

12/2023

Aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 18/12/2023.

1 APRESENTAÇÃO

O presente documento, intitulado Planejamento Estratégico de Longo Prazo (PELP), constitui-se instrumento de planejamento da SC Participações e Parcerias que visa a atender os preceitos da Lei Federal 13.303/2016, bem como nortear os caminhos da empresa pelos próximos 05 anos. Além desse instrumento de planejamento, a empresa apresenta anualmente o Plano Anual de Negócios, sendo esse um desdobramento do Planejamento Estratégico específico para o ano vigente, que contempla o orçamento da companhia para cumprimento das metas e ações do período.

Os instrumentos têm como instância aprovativa máxima o Conselho de Administração (CONSAD). Cabe dizer que a elaboração do PELP se dá em várias fases, perpassando pela contribuição das áreas da organização, ganhando corpo a partir do trabalho de análise e compilação da área de Planejamento, com base na estratégia delineada e validada da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração, logo, o documento é resultado do trabalho conjunto e cooperativo da empresa num esforço de garantir um planejamento eficaz, eficiente e efetivo para que os objetivos organizacionais sejam alcançados com excelência.

1.1 Breve Histórico

A SC Participações e Parcerias S.A. (SCPAR), inscrita no CNPJ 07.293.552/0001 – 84, foi fundada em 2005 sob forma de sociedade anônima de economia mista, na forma de capital fechado, e vinculada ao gabinete do Governador do Estado. O seu Capital Social autorizado é de R\$1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), dos quais já foram realizados R\$ 231.767.480,91 (duzentos e trinta e um milhões setecentos e sessenta e sete mil quatrocentos e oitenta e noventa e um centavos).

A empresa foi constituída em 2005 por meio de Lei Estadual nº 13.335 e alterada posteriormente pela nº 15.500 de 20 de junho de 2011, tendo como objeto principal de acordo com o art 6º da Lei Estadual 15.500/2011:

I - celebrar com a Administração Pública Direta e Indireta os contratos que tenham por objeto:

a) a elaboração de estudos técnicos, projetos, prestação de serviços e as respectivas implementações, execuções e fiscalização;

b) a instituição de parcerias público-privadas e concessões;

c) a locação ou promessa de locação, arrendamento, cessão ou permissão de uso ou outra modalidade onerosa de alienação de ativos, equipamentos, instalações ou outros bens, vinculados ou não a projetos de parcerias público-privadas, de concessão ou de permissão;

II - assumir, total ou parcialmente, direitos e obrigações decorrentes dos contratos de que trata o inciso I deste artigo;

III - contratar a aquisição de instalações e equipamentos, bem como a sua construção ou reforma, pelo regime de empreitada, para pagamento a prazo, que poderá ter início após a conclusão das obras, observado a legislação pertinente;

IV - contratar com a Administração Direta e Indireta do Estado locação ou promessa de locação, arrendamento, cessão de uso ou outra modalidade onerosa, de instalações e equipamentos ou outros bens integrantes de seu patrimônio;

V - contrair empréstimos e emitir títulos, nos termos da legislação em vigor;

VI - emitir e distribuir valores mobiliários, de acordo com as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários;

VII - prestar garantias reais, fidejussórias e contratar seguros;

VIII - explorar, gravar e alienar onerosamente os bens integrantes de seu patrimônio;

IX - contratar serviços de terceiros e celebrar contratos e convênios com órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, Federal e Municipal, bem como com organismos de fomento multilaterais e do terceiro setor;

X- integralizar cotas em fundos de qualquer natureza; e

XI - exercer outras atividades inerentes às suas finalidades, conforme previsão em seu Estatuto Social.

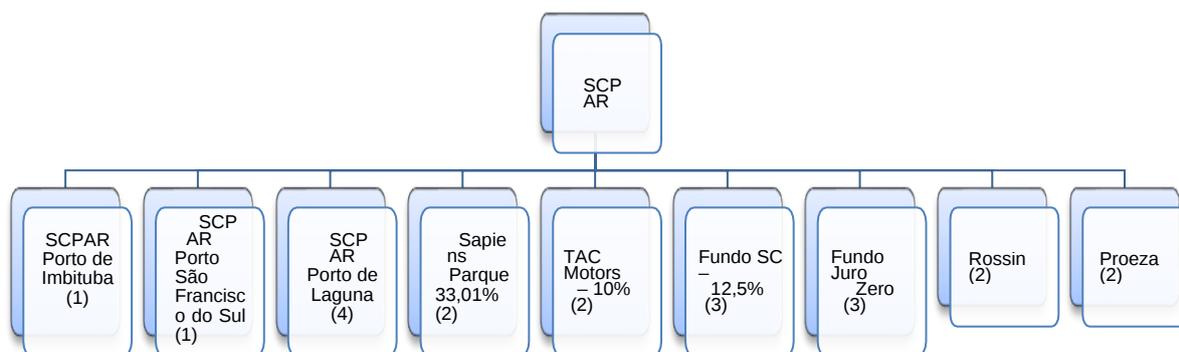
Após a revisão da Lei nº 741 de junho de 2019, passou a ter por objetivo além de outras atribuições previstas em Lei específica:

- I – comprar e vender participações acionárias, podendo constituir empresas com ou sem propósito específico, firmar parcerias e participar do capital de empresas públicas e privadas, obedecidas as normas constitucionais, com autorização legislativa; e
- II – desenvolver e gerenciar programas e projetos estratégicos de governo.

Dentro das possibilidades de atuação para cumprir com seu objetivo social, a SCPAR nos últimos anos vinha atuando com enfoque maior nos setores de gestão portuária e desestatizações, no primeiro como controladora dos Portos delegados de Imbituba, São Francisco do Sul e na gestão direta do Porto de Laguna, e no segundo através do apoio técnico especializado na estruturação de projetos do Programa de Parcerias e Investimentos do Estado de Santa Catarina (PPI-SC). Além disso, a SCPAR possui competência legal para desenvolver e gerenciar programas e projetos estratégicos de governo, assim como firmar parcerias mediante participação acionária em empresas públicas e privadas.

Ao longo de sua existência a companhia também investiu em participações acionárias, participando do capital de empresas públicas e privadas, bem como constituiu empresas de propósito específico, as quais estão ilustradas na Figura 1.

Figura 1 - Empresas do grupo SCPAR.



- (1) Subsidiárias integrais
- (2) Participações societárias
- (3) Participação em fundos
- (4) Filial

Fonte: SCPAR.

Nos últimos anos, no que tange ao mercado de Gestão Portuária, a SCPAR

atuou apoiando as suas subsidiárias integrais SCPAR Porto de Imbituba e SCPAR Porto de São Francisco do Sul, e gerenciando sua filial SCPAR Porto de Laguna, na busca pela melhoria contínua da gestão administrativa e operacional, através da modernização do modelo e práticas de gestão, governança e de serviços técnicos de projetos. Ainda durante o presente exercício de 2023, a Holding tem se dedicado a incluir a administração e exploração do Porto de Laguna na esfera de competência de sua subsidiária integral a SCPAR Porto de Imbituba.

A SCPAR também se destacou como suporte técnico especializado na gestão do Programa de Parcerias e Investimentos do Estado de Santa Catarina (PPI-SC). Um dos destaques foi o desenvolvimento de uma série de projetos nas áreas de turismo, saúde e segurança do estado, que estiveram em desenvolvimento e geraram economia aos cofres públicos. O portfólio deste programa realizou duas concessões até o momento, como do Centro de Eventos de Balneário Camboriú, com outorga de mais de R\$ 10 milhões para o tesouro Estadual e o Terminal Rodoviário Rita Maria, com outorga inicial na casa de R\$ 1,3 milhão, e, ainda, gerou um faturamento, pelo apoio técnico realizado pela SCPAR na estruturação dos projetos, na ordem de R\$ 1,5 milhão. Vale ressaltar que os projetos nas áreas de saúde e segurança ainda não avançaram para a fase de contrato.

Existe ainda a previsão de faturamento pelo apoio técnico nas seguintes estruturações de projetos para os próximos 18 meses, que somam mais de R\$ 4,5 milhões, conforme apresentado na Tabela 1, abaixo.

Tabela 1- Previsão de faturamentos

Nome Projeto/Documento	Processo SGPE	Valor Ajustado (IPCA até 09/2022) (R\$)
Complexo Hospitalar	SCP PAR 0045/2020	834.213,53
TERRIMA	SIE 00001264/2019	
Complexo Penal	SCP PAR 377/2020	834.213,53
Unidade Socioeducativa	SCP PAR 280/2021	616.967,37
Mirante	SANTUR 00000069/2021	1.295.116,75
Parques Estaduais	IMA 56366/2020	
Aeroporto de Jaguaruna	SIE 0000630/2021	1.211.533,52
	Em 2023	4.792.044,70

Fonte: SCPAR.

O Apoio técnico especializado da companhia para o PPI-SC tem se tornado uma importante fonte de ingresso de recursos financeiros para Companhia.

1.2 Desempenho Econômico Financeiro

A Tabela 2 retrata os aspectos econômicos da SCPAR nos últimos 04 anos.

Tabela 2 – Balanço financeiro da SCPAR nos últimos 04 anos.

	2019	2020	2021	2022
Receita Financeira	2.195.923,75	1.164.314,87	2.248.255,88	5.296.246,54
Receita operacional (Porto de Laguna)	247.701,19	1.275.347,50	1.182.635,12	1.029.151,78
Receita operacional (SCP PAR Holding)	-	411.175,94	-	1.604.518,44
Lucro/Prejuízo Líquido	7.220.571,74 *	(16.192.622,43)*	17.781.852,10*	13.581.644,16*
Investimentos	-	120.823,59	83.589,00	1.725.906,16

* Valores de Referência Líquido.

Fonte: SCPAR.

No exercício de 2020 a SCPAR apresentou Prejuízo de R\$ (16.192.622,43), valor este 324,26% inferior ao Lucro Líquido de 2019, que foi de 7.220.571,74.

No exercício de 2022 a SCPAR apresentou um Lucro de R\$13,5 milhões, ante um resultado positivo de R\$17,7 milhões em 2021. Este lucro é decorrente do resultado positivo da equivalência patrimonial na investida Sapiens Parque.

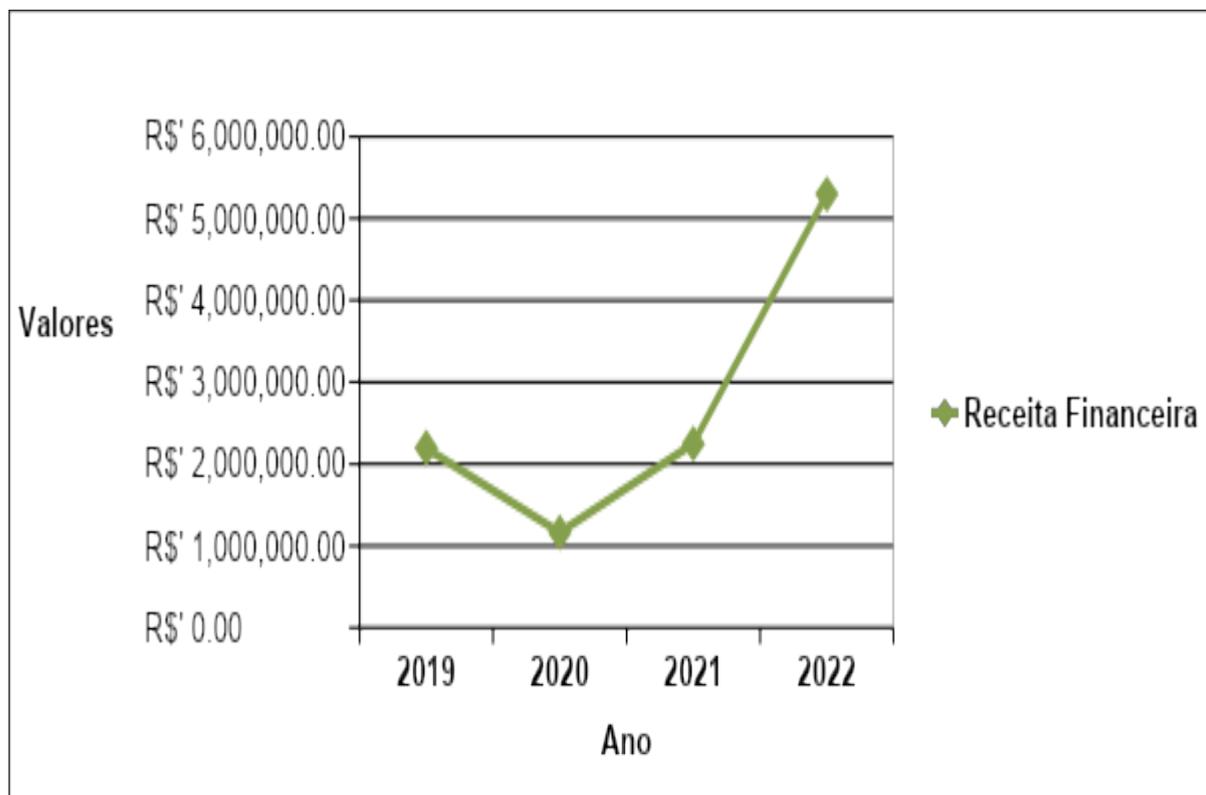
Tabela 3 – Balanço Patrimonial da SCPAR.

	2019	2020	2021	2022
Sapiens Parque S.A.	4.796.078,54	(21.055.939,91)	3.970.019,52	16.250.461,14
Companhia Cat. de Águas e Saneamento S.A – Casan	1.974.917,14	7.840.339,37	17.491.393,99	-
Total	6.770.995,68	(13.215.600,54)	21.461.413,51	16.250.461,14

Fonte: SCPAR.

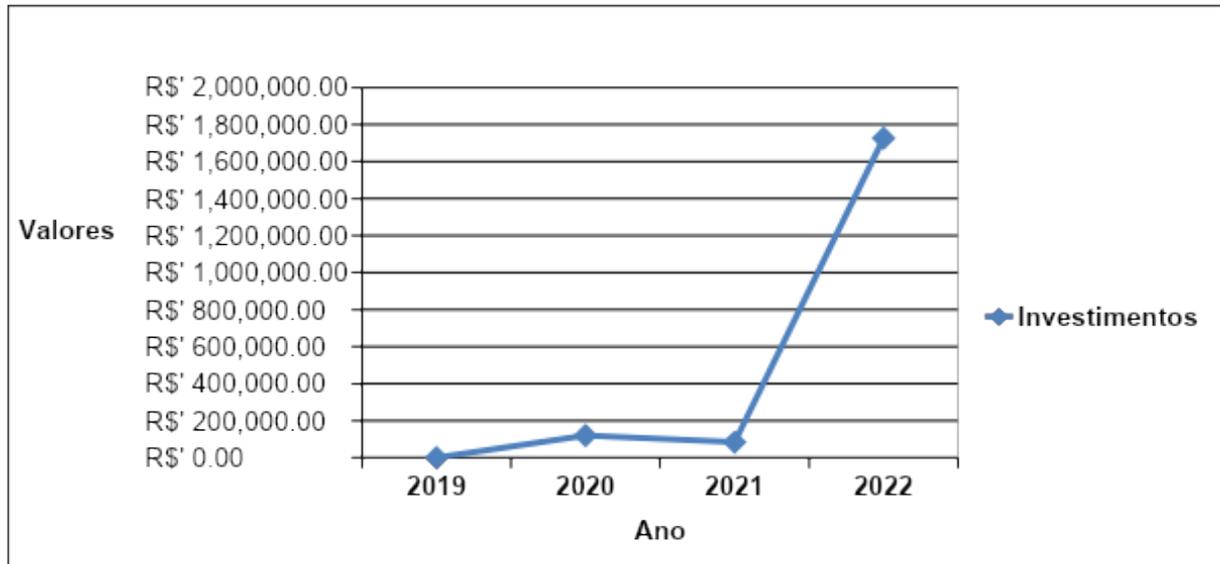
Quando se analisa o desempenho econômico-financeiro da SCPAR, observa-se que a receita financeira da empresa vem aumentando de 2020, conforme apresentado no Gráfico 1; assim como também os investimentos (Gráfico 2).

Gráfico 1 – Receita Financeira da SCPAR nos últimos 04 anos.



Fonte: SCPAR.

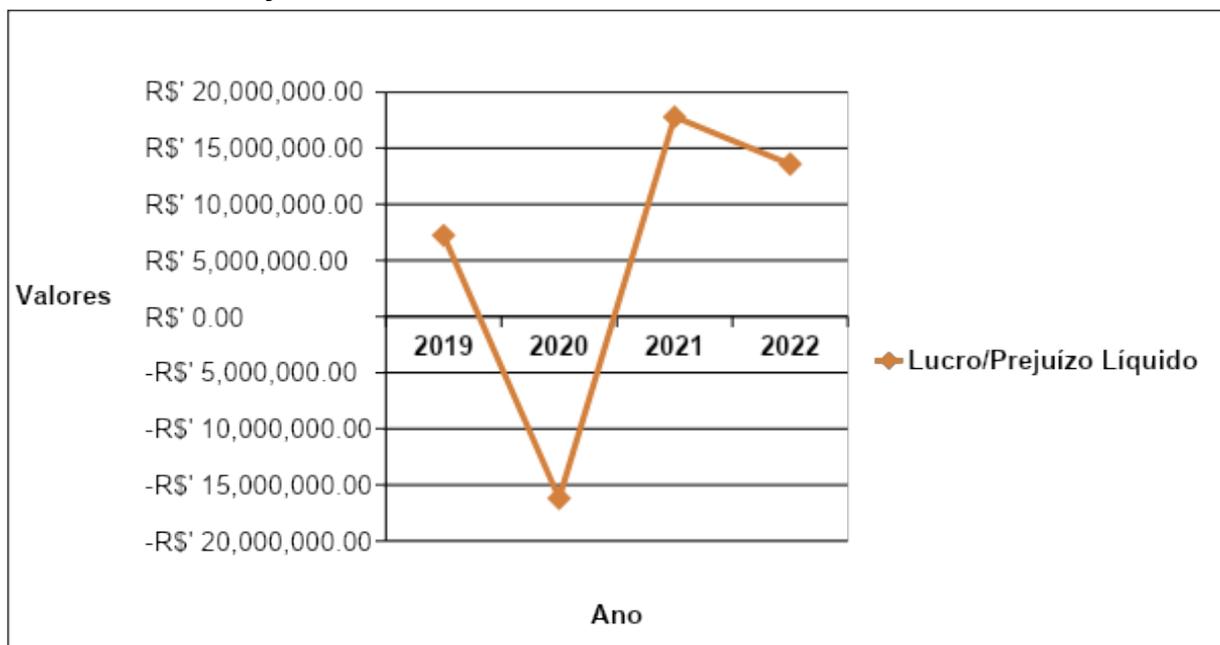
Gráfico 2 – Investimentos realizados pela SCPAR nos últimos 04 anos.



Fonte: SCPAR.

Quanto ao balanço financeiro da SCPAR registrou superávit nos dois últimos anos, R\$17.781.852,10 em 2021 e R\$13.581.644,16 em 2022, conforme apresentado no Gráfico 3.

Gráfico 3 – Balanço Financeiro da SCPAR nos últimos 04 anos.



Fonte: SCPAR.

Nas projeções de orçamento, despesas e investimentos da SCPAR, considerou-se as seguintes premissas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (BC), divulgado em 16 de agosto de 2023, no Boletim Focus, relatório de mercado publicado semanalmente com as previsões de cerca de 100 (cem) analistas financeiros sobre diversos indicadores da economia brasileira, dispostas na Tabela 4.

Tabela 4 - Previsões econômicas Banco Central

Previsões	Unidade	2024	2025	2026
IPCA	%	3,92	3,55	3,50
PIB	%	1,30	1,88	1,90
Taxa de Câmbio	R\$ / US\$	5,05	5,15	5,20
Taxa Selic	%	9,50	9,00	8,75
IGP-M	%	4,00	4,00	4,00
Preços Administrados	%	4,47	4,00	3,53

Fonte: Banco Central do Brasil (BC) <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/focus/>.

1.3 Recursos Humanos

Contando com 43 colaboradores em seu quadro funcional, a SCPAR atua com uma equipe qualificada e diversificada, onde a formação dos colaboradores está distribuída nas áreas de conhecimento de Administração, Engenharias, Direito, Ciências Contábeis e Ciências da Saúde, o que representa uma ampla diversidade de conhecimentos específicos que dá respaldo para a atuação da empresa em diferentes áreas de negócio. É importante destacar que grande parte destes colaboradores possuem especialização, mestrado e doutorado.

Na Tabela 5 apresenta-se um detalhamento da composição do quadro de colaboradores ativos e sua distribuição.

Tabela 5 - Composição quadro de colaboradores.

Tipologia dos cargos	Quantitativo
1. Colaboradores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	13
1.1 Colaboradores de carreira vinculada ao órgão	07
1.2 Colaboradores de carreira vinculados a outro órgão	06
2. Colaboradores com cargos em comissão	13
3. Diretores sem vínculo efetivo	03
3. Diretores com vínculo efetivo	01
Total de Colaboradores (1+2+3)	43

Fonte: SCPAR.

1.4 Stakeholders

A SCPAR tem como principais *stakeholders*:

- Governo do Estado de Santa Catarina,
- Secretaria de Estado da Fazenda,
- Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável,
- Tribunal de Contas do Estado,
- Grupo Gestor do Governo,
- Ministério da Infraestrutura,
- Ministério da Economia,
- Secretaria Especial de Parcerias e Investimentos do governo federal,
- BNDES,
- BID,
- Banco Mundial,
- Caixa Econômica Federal,
- Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários,
- Secretaria de Estado dos Portos, Aeroportos e Ferrovias,
- Secretaria de Estado de Comunicação,
- Investe SC,
- FIESC,
- Secretarias de Estado demandantes de projetos.

2 ESCOPO DE ATUAÇÃO

2.1 Orientação estratégica

A orientação estratégica da SCPAR tem como campo de atuação a gestão portuária, a promoção da geração de investimentos no território catarinense e o desenvolvimento, gerenciamento e/ou a prestação de serviços de apoio à gestão de programas e projetos estratégicos de governo.

Considerando a gestão portuária, a SCPAR manterá os investimentos em suas subsidiárias integrais SCPAR Porto de São Francisco e Porto de Imbituba, assim como na filial Porto de Laguna, até que seja alcançado o objetivo de transferência de seus custos para a esfera de competência da SCPAR porto de Imbutiba. Nos próximos anos também irá manter a sua participação acionária no Sapiens Parque S.A., além de buscar o equacionamento das participações já provisionadas como perdas em TAC, Rossin e Proeza.

Em relação à promoção da geração de investimentos no território catarinense e ao desenvolvimento, gerenciamento e/ou prestação de serviços de apoio à gestão de programas e projetos estratégicos de governo, a SCPAR irá fortalecer a sua atuação enquanto apoio técnico especializado ao PPI-SC, e também pretende inaugurar uma unidade de negócio voltada à promoção e atração de investimentos privados.

2.2 Eixos de Atuação

2.2.1 Eficiência na Gestão Portuária

A atuação da empresa neste eixo tem como objetivo principal garantir a operação contínua dos Portos Delegados ao Estado, mantendo a qualidade dos serviços para que tenham condições de competitividade frente ao mercado.

Para tanto, a SCPAR visa atuar com princípio da transversalidade, aperfeiçoando a articulação e a uniformização de ações entre a Holding e suas subsidiárias, propiciando maior efetividade na gestão das instalações portuárias.

A transversalidade tem como estratégia conceitual e operacional a incorporação de visões multifacetadas dos problemas para abarcar as novas

perspectivas e propor soluções. O foco desse modelo de gestão é possibilitar maior interação entre as equipes, com a proposta de processos e planos de trabalho que permitam mais flexibilidade entre as empresas e maior otimização da força de trabalho disponível, sempre primando pela autonomia das suas subsidiárias.

Ressalta-se ainda que na administração da atividade portuária do Porto de Laguna, o objetivo é a extinção da filial com sua consequente incorporação a espera de competência da SCPAR Porto de Imbituba gerando assim maior economia para a Holding.

2.2.2 Arrendamentos e Concessões Portuárias

Desde sua fundação, a SCPAR foi concebida como empresa de estruturação de projetos de Parcerias Público Privadas (PPPs) e concessão no Estado de Santa Catarina. As desestatizações incluem as parcerias público-privadas, previstas na Lei 11.079/2004, enquanto as concessões foram regulamentadas por meio da Lei 8.987/1995.

A atuação da SCPAR no eixo de “*Arrendamentos e Concessões Portuárias*” tem ênfase na atração de investimentos do setor privado para concessão e arrendamento das áreas disponíveis e serviços nos portos delegados ao Estado, apoiando o desenvolvimento de projetos para tal e buscando a melhoria das operações e otimização das áreas não afetadas às operações. Assim a companhia corrobora com seu objetivo principal de gerar desenvolvimento econômico no território catarinense.

2.2.3 Prestação de serviços de apoio especializado ao PPI-SC

O Decreto nº 1.530 de 22 de outubro de 2021, estabeleceu à Secretaria de Estado da Fazenda (SEF) a coordenação do Programa de Parcerias e Investimentos do Estado de Santa Catarina - PPI-SC, cabendo à companhia atuar na prestação de serviços de apoio especializado para execução de estudos técnicos e jurídicos, bem como a modelagem dos processos de desestatização dentro do referido PPI-SC.

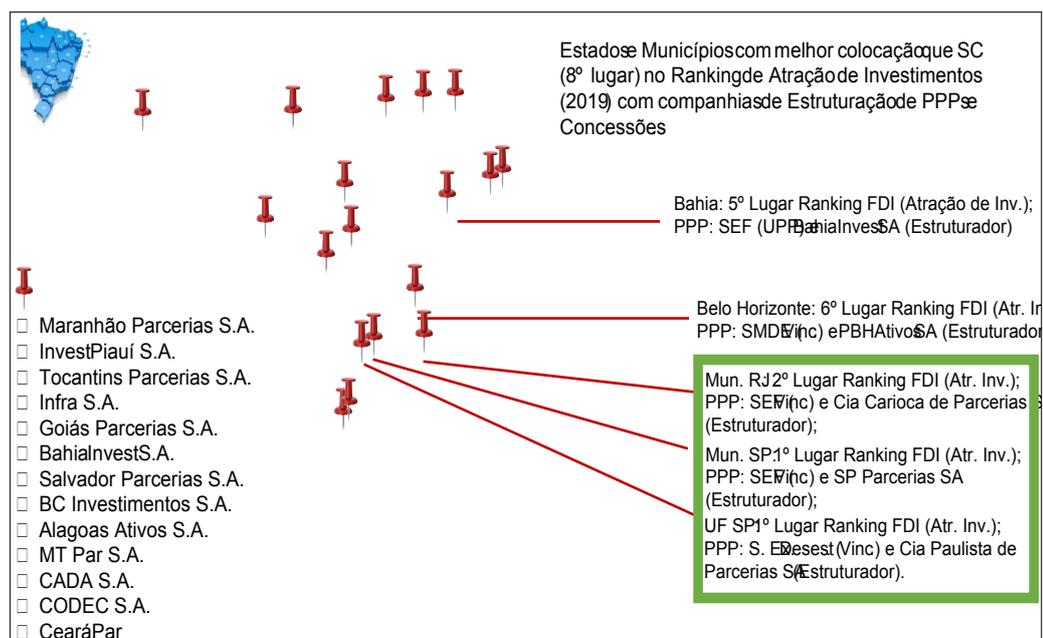
Portanto, a atuação da SCPAR no eixo de prestação de serviços de apoio especializado ao PPI-SC, tem como intento continuar contribuindo com o Estado de Santa Catarina (seu acionista controlador) para o fim de promover e gerar

investimentos no território catarinense firmando contratos de prestação de serviços de apoio operacional a Órgãos da Administração direta do Estado de Santa Catarina, Prefeituras e Secretaria de Estado da Fazenda na estruturação e gestão de projetos de desestatização de serviços públicos, através de concessão de serviços públicos, precedidos ou não de obra pública (nas modalidades comum, patrocinada e administrativa).

2.2.4 Programa Estratégico para Promoção e Atração de Investimentos

É importante destacar que há um movimento inverso ao processo de desestatização pelo qual passa a administração pública brasileira, é crescente o movimento de criação de Agências de Atração de Investimentos e Estatais que apoiam a estruturação de projetos de PPP e Concessão, bem como para gestão de ativos. Os Estados e Municípios melhores colocados no ranking de atração de investimentos publicado pelo FDI Markets em 2019 (Financial Times) contam com estruturas (estatais, em regime de direito privado) voltadas especialmente para estes fins, com o intuito de prover e reter uma mão de obra especializada com um arcabouço institucional mais ágil e que consiga dialogar melhor com a iniciativa privada.

Figura 2 - Organização dos entes subnacionais e locais para execução de estruturação de PPPs, atração de investimentos e gestão de ativos.



Fonte: SCPAR.

A iniciativa privada tende a apoiar a criação destas companhias uma vez que a

expertise e agilidade na prestação destes serviços públicos geram melhorias significativas no ambiente de negócio nos Estados, facilitando a atração de investimento privado, seja esse para instalação de novas empresas, seja para operação de serviços e ativos públicos delegados.

Figura 3 - Organização dos entes subnacionais e locais para execução de estruturação de PPPs, atração de investimentos e gestão de ativos (logos).



Fonte: SCPAR.

Com isso, a companhia pretende alargar a sua atuação assumindo o papel de Agência de Atração de Investimentos mediante a prestação de serviços de suporte técnico especializado no eixo Programa para Promoção e Atração de Investimentos, por atuar desde a sua criação lado a lado à iniciativa privada, sendo reconhecida nacionalmente como um ponto de apoio ao empreendedor, tanto pela iniciativa privada como por seus pares em outros estados e no Governo Federal.

Logo, tem por objetivo prestar assessoria na atração de investimento para o Estado, por meio de articulação de apoio aos investidores interessados em investir no território catarinense, através da interlocução com órgãos públicos, federais, estaduais e municipais, facilitando a instalação de novas empresas no estado ou ampliação de empresas já existentes, além de auxiliar na estruturação de projetos para alienação de ativos.

2.2.5 Outras potenciais áreas de atuação: Holding de Gestão de Ativos Públicos

Um movimento crescente no Brasil e no mundo tem visado atribuir uma gestão profissional e centralizada de ativos públicos através de holdings, para as quais lhes são delegadas a gestão desses de modo a proceder o devido registro e avaliação e elaboração de uma estratégia de valorização e rentabilização, seja através de alienação ou através de um desenvolvimento que gere maior valor para o cidadão.

Estes ativos estão concentrados em:

- imóveis, para os quais pode haver diversas estratégias possíveis, como constituição de fundo imobiliário, permuta, concessão ou Parcerias Público-Privadas e;
- participações acionárias do Estado em empresas, sejam elas estatais ou privadas.

Em relação à concentração da gestão de participações acionárias, a OCDE¹, em seu documento de orientação para gestão de empresas estatais, o qual foi o precursor da Lei 13.303/2016, recomenda que as atividades de propriedade do Estado devam estar concentradas em uma única entidade.

“D. O exercício dos direitos de propriedade deve ser claramente identificado no âmbito da administração do Estado. Isso pode ser facilitado por meio da formação de uma entidade coordenadora ou, mais apropriadamente, por meio da centralização da função de propriedade.” (OCDE).

A função de propriedade única auxilia a monitorar o desempenho das participações acionárias do estado, podendo realizar comparativos de performance com outras companhias públicas e privadas, bem como auxiliar na padronização da gestão corporativa promovendo uma ligação entre as companhias e núcleo político do governo, prestando contas a stakeholders desta natureza, como Assembleia Legislativa, por exemplo.

A centralização da função da propriedade também pode permitir o reforço e a

¹ <https://www.oecd.org/daf/ca/corporategovernanceofstate-ownedenterprises/40157990.pdf>

união de competências relevantes ao organizar grupos de especialistas em assuntos chave, como relatórios financeiros e nomeações do conselho. Dessa forma, a centralização pode ser uma força maior no desenvolvimento de relatórios globais sobre a propriedade estatal. Finalmente, a centralização é também uma forma efetiva de separar claramente o exercício das funções de propriedade de outras atividades desempenhadas pelo Estado, particularmente regulamentações de mercado e políticas industriais. (OCDE).

2.3 Identidade Organizacional

MISSÃO

Prover soluções para a excelência da gestão de ativos públicos no território catarinense por meio de desestatizações, gestão portuária e desenvolvimento de negócios.

VISÃO

Transformar Santa Catarina em um estado modelo na gestão de ativos públicos

VALORES

- Excelência nos serviços
- Zelo pelos ativos públicos
- Foco em resultados
- Valorização dos colaboradores
- Gestão transparente

Fonte: SCPAR.

2.4 Análise de Ambiente

A análise de ambiente consiste no processo de olhar para o ambiente interno e externo da organização, perceber as variáveis de cada segmento, compreender as capacidades, clientes e o ambiente de negócios da empresa.

Este processo pode ser facilitado por diversas metodologias e ferramentas que darão suporte à formulação da estratégia da organização.

Dentre os métodos existentes, a empresa utilizou durante seu processo de

planejamento estratégico:

- a) Matriz SWOT; e
- b) Análise PESTEL.

2.5 Matriz SWOT e Análise PESTEL

Análise SWOT ou Análise FOFA (Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças, em português) é uma técnica de planejamento estratégico utilizado para auxiliar pessoas ou organizações a identificar forças, fraquezas, oportunidades, e ameaças relacionadas à competição em negócios ou planejamento de projetos. Destina-se a especificar os objetivos de riscos do negócio ou projeto, e identificar os fatores internos e externos que são favoráveis e desfavoráveis para alcançar esses objetivos. Usuários da análise SWOT frequentemente perguntam e respondem questões para gerar informações significativas para cada categoria, de maneira a tornar a ferramenta útil e identificar sua vantagem competitiva e tem sido descrita como uma ferramenta de tentativa-e-erro de planejamento estratégico.

Pode ser compreendida como uma ferramenta utilizada para realizar análise de cenários (ou ambientes), como base para gestão e planejamento estratégico de uma corporação ou empresa; devido a sua simplicidade, também pode ser utilizada para qualquer tipo de análise de cenário, desde a criação de um blog à gestão de uma multinacional. É um sistema simples para posicionar ou verificar a posição estratégica da empresa no ambiente em questão. De acordo com Chiavenato, o objetivo da matriz é cruzar oportunidades e ameaças dentro do ambiente externo das organizações e ter uma análise de pontos fortes e fracos. É utilizado como um indicador para demonstrar a situação organizacional e assim desenvolver ações de melhorias.

Sua sigla é oriunda do idioma inglês, e é um acrônimo de Forças (Strengths), Fraquezas (Weaknesses), Oportunidades (Opportunities) e Ameaças (Threats).

Já a análise PESTEL é uma ferramenta complementar à matriz SWOT. Essa ferramenta propõe o direcionamento da análise do cenário externo sob alguns fatores que influenciam diretamente o negócio da empresa, são eles: fatores econômicos, fatores sociais, fatores tecnológicos, fatores ambientais e fatores legais.

Os fatores econômicos incluem o crescimento econômico, taxas de juros, taxas de câmbio e a taxa de inflação. Estes fatores têm fortes impactos na forma como as empresas operam e tomam decisões. Os fatores Sociais têm em consideração modelos de comportamento, gostos e estilos de vida. Muito associado a isto poderão estar mudanças no comportamento do consumidor decorrente de modas ou estilos temporários. Incluem os aspectos culturais e a preocupação com a saúde, a taxa de crescimento populacional, a distribuição etária, tendências profissionais e ênfase na segurança. Fatores sociais afetam a procura pelos produtos de uma empresa e o modo como esta opera.

Os fatores tecnológicos correspondem às mudanças na tecnologia que podem ter especial impacto na atividade de qualquer empresa. Incluem as inovações, melhorias de ferramentas ou dispositivos ou ainda as formas de manufatura a que os produtos comercializados podem estar sujeitos, bem como fatores tecnológicos inerentes a todos os serviços de apoio necessários à atividade. Incluem aspectos como a atividade de investigação e desenvolvimento (I&D), automação, incentivos tecnológicos e a taxa de mudança tecnológica. Estes podem determinar as barreiras à entrada, o nível mínimo de produção eficiente e influenciar decisões de contratação externa. Além do mais, as mudanças tecnológicas podem afetar os custos e a qualidade dos produtos e levar à inovação.

Os fatores ambientais relacionam-se com as mais recentes preocupações de carácter ambiental que também entraram no mundo dos negócios. As empresas têm de estar agora bem cientes de seus impactos no meio ambiente em todo o seu ciclo produtivo. Por outro lado, não poderão ignorar a sustentabilidade com que o faz, procurando também conhecer os ciclos produtivos das suas matérias-primas e ajustar suas seleções em função disso. Incluem aspectos ecológicos e ambientais como o tempo, clima e a mudança do clima, que podem especialmente afetar mercados como o do turismo, agricultura e dos seguros. Além do mais, a crescente consciência dos potenciais impactos da alteração climática está a afetar a forma como as empresas operam e os seus produtos, não só criando novos mercados como diminuindo ou destruindo outros já existentes. Por fim, os fatores Legais dizem respeito ao enquadramento legal mais diretamente ligado à atividade.

2.6 Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças:

Na prática, utilizamos a Análise PESTEL como direcionador para

encontrar oportunidades e ameaças na dinâmica da Matriz SWOT.

A revisão da análise de ambiente interno e externo foi realizada tendo como premissa a nova orientação estratégica.

FORÇAS

Relação dos Portos com a holding por força de Lei

Portos com áreas disponíveis para arrendamentos e ampliação das suas capacidades

Bom relacionamento com entidades governamentais

Única estatal catarinense com atestado de capacidade técnica na estruturação de PPPs e concessões

Visão da estratégica da contribuição para desenvolvimento econômico do Estado

Estrutura de governança qualificada

Alinhamento da estratégia no âmbito estadual e federal

Equilíbrio financeiro das subsidiárias

Mão de obra qualificada

Única Estatal com atribuição legal para gerar investimentos no Território Catarinense;

FRAQUEZAS

Equipe reduzida e carente de profissionais da área técnica

Resistência interna por parte das subsidiárias

Processos de comunicação falhos

Falta de clareza dos papéis e hierarquias

Pouco trabalho em equipe entre a SCPAR e suas subsidiárias

Ausência de modelo de negócio que remunere a SCPAR

Distância geográfica entre a SCPAR e os Portos

Infraestrutura portuária defasada e com restrições

Baixa capacidade financeira para investimentos estruturantes

OPORTUNIDADES

Viabilizar a ampliação da operação portuária através de investimentos e arrendamentos

Promover arrendamentos da filial Porto de Laguna

Ampliar a integração Porto-Cidade

Implementar a incorporação de novas tecnologias nos Portos (gestão/operação)

Prestar Serviços de apoio técnico especializado para o mercado.

Viabilizar modelagens de parcerias em diversos segmentos que tragam investimentos do setor privado para o desenvolvimento do Estado

Posicionar Santa Catarina no cenário de investimentos privados corporativos e de infraestrutura

Ser parceiro do governo no desenvolvimento do Estado

A Manutenção da vantajosidade de uma PPP ou Concessão depende de uma Gestão de Contrato Adequada, com apoio técnico especializado

AMEAÇAS

Investimento elevado do setor privado nos terminais de uso privado (TUPs)

Crescimento de portos concorrentes, públicos e privados, que possuam melhor infraestrutura e tecnologia

Baixo investimentos do governo federal nos acessos rodoviários dos portos catarinenses

Resistências internas e externas aos modelos de prestação de serviços para o PPI-SC

Receio dos colaboradores na condição de mão de obra especializada

Fonte: SCPAR.

3 OBJETIVOS, INDICADORES E METAS

3.2 Objetivos Estratégicos

A SCPAR terá como direcionadores os seguintes objetivos estratégicos:



Garantir a eficiência da Operação Portuária



Promover Arrendamentos e Concessões Portuárias



Aperfeiçoar a Governança Corporativa do Grupo



Promover e Atrair Investimentos



Prestar serviços de apoio técnico especializado na Estruturação e Gestão de Parcerias e Investimentos

Fonte: SCPAR.

3.3 Indicadores e Metas

Os indicadores estratégicos da SCPAR foram estruturados com base na metodologia *Balanced Scorecard*, método que permite a definição, ordenação, e avaliação dos objetivos estratégicos. Além dos indicadores, também foram estabelecidas metas, as quais são referenciais do desempenho desejado e planejado para o período.

São apresentados na Tabela 6 os indicadores e metas estabelecidos.

Tabela 6 - Indicadores e Metas

Objetivos	Indicador	Fórmula	Uni	Meta 2024	Meta 2025	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028
Promover Arrendamentos e Concessões Portuárias	Arrendamentos e Concessões Portuárias	Nº de arrendamentos e concessões portuárias realizadas	nº	00	02	01	01	-
Garantir a eficiência da Operação Portuária	IGAP Porto SFS	Metodologia própria SNTPA (escala de 0 a 10 conforme atendimento aos critérios estabelecidos)	Uni	8,5	9,0	9,5	9,5	-
	IGAP Porto IMB		Uni	9,0	9,0	9,5	10	-
	Execução dos investimentos estratégicos no porto de Laguna	Nª de etapas concluídas dos projetos estratégicos / Nª total de etapas planejadas para os projetos nos anos 2024-2028	%	69,8%	-	-	-	-

Aperfeiçoar a Governança Corporativa do Grupo	Índice de Governança Corporativa	Metodologia própria IBGC (escala de 0 a 100 conforme atendimento dos critérios)	Uni	68	70	72	74	76
Prestar serviços de Apoio Técnico Especializado na Estruturação e Gestão de Parcerias e Investimentos	Contratos Firmados de Estruturação	Nº de Contratos Firmados de Estruturação	uni	3	4	5	4	2
Prestar serviços de Apoio Técnico Especializado na Estruturação e Gestão de Parcerias e Investimentos	Contratos Firmados de Gestão	Nº de Contratos Firmados de Gestão	uni	3	4	5	7	9
Promoção e Atração de Investimentos	Números de Projetos de Investimentos	Nº de Empresas que anunciaram investimento no Estado de Santa Catarina	uni	8	8	10	10	12

Fonte: SCPAR.

4 AÇÕES PLANEJADAS

A seguir são apresentadas as ações planejadas para o alcance dos objetivos estratégicos da SCPAR e sua previsão de realização.

- **Promover as parcerias, arrendamentos e concessões portuárias e Garantir a eficiência da operação portuária:**

SCPAR Porto de São Francisco do Sul

Ação	Período (Ano)
Encaminhamento do pedido de arrendamento do Berço 401	2024
Aquisição de máquina pá carregadeira para movimentação de vagões no atendimento da pêra ferroviária interna do TG a ser reativada com a liberação da abertura do portão de acesso ferroviário	2024
Aquisição de balança rodoviária semi-embutida de 25m	2024
Derrocagem no berço 201	2024
Avançar nas tratativas do Port Community System (PCS)	2024
Dragagem de aprofundamento canal externo	2024
Aquisição de sensores inteligentes para sinalização náutica- sistema AIS	2025
Dragagem de aprofundamento canal externo	2025
Aquisição de balança rodoviária para o Gate 1	2025
Dragagem do canal interno e derrocagem Laje do Barata	2027
Reajuste anual da tarifa	2024-2028
Avaliar a possibilidade de navios de cruzeiros	2024
Avançar nas tratativas com o TGS para abastecimento de navios via Gás Natural Liquefeito (GNL)	2024

Avaliar a possibilidade de navios de cruzeiros	2024
Implantação de rede de energia elétrica para atendimento aos rebocadores, no Berço 103.	2024
Programa de Treinamento de Pessoal	2024-2028
Capacitar os novos colaboradores no Código de Conduta e Integridade	2024-2028
Ingresso na Rede Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU)	2024
Aquisição de equipamentos para atendimento ao Plano de Monitoramento Ambiental Integrado - PMAI	2024
Aquisição e Instalação de grades de proteção para as correias transportadoras e modernização dos sistemas de parada de emergência.	2024
Programa de Gerenciamento de Efluentes Líquidos do Porto de São Francisco do Sul	2024
Projeto e implantação de Sistemas de exaustão e filtros de pó nas estruturas e equipamentos da movimentação de grãos do Terminal Graneleiro.	2025
Cumprimento do calendário de Auditorias Internas do SGI (semestrais) e Recertificação do SGI.	2024-2028
Consolidar as ações propostas pelo Comitê de Inovação	2024-2028
Aquisição de Infraestrutura lógica para alfandegamento do TGSFS	2024
Aquisição de data center e back up	2024
Aquisição de estrutura interna de rede	2024
Aquisição de rede wi fi	2024
Aquisição de equipamento tipo drone subaquático	2025
Investimentos em inovação	2024-2027

Fonte: SCPAR.

SCPAR Porto de Imbituba

Ação	Previsão (Ano)
Projeto e Execução da Portaria IV e Vias de Acesso	2025-2026

Balanças Automáticas na Portaria IV	2024-2026
Sistema de Geração Fotovoltaica e Subestações	2024
PPCI Armazém 7, 10 e outras áreas	2025-2026
Equipamentos de Sinalização Náutica	2024-2028
Reforma interna do Prédio Administrativo	2025-2026
Construção da Casa de Convivência no Cais II	2024-2025
Ampliação e reforma da Casa de Convivência no Cais I e Cais III	2024-2025
Adequação de estacionamento de área não alfandegada	2024
Cercamento do perímetro portuário	2024-2028
Aquisição de aparelhos de ar condicionado	2024-2028
Remodelar cobertura das Portarias de Acesso	2024-2025
Drenagem e rede de abastecimento de água	2025-2028
Recuperação e ampliação dos molhes de abrigo	2024-2027
Recuperação estrutural do Cais III	2024-2025
Execução de derrocagem no Cais I	2024
Execução de derrocagem no Cais III	2024-2025
Projeto e execução da recuperação do Cais I e II	2024-2026
Dragagem de Aprofundamento	2026-2028
Projeto e Execução Operação Costado Cais II	2025-2027
Recuperação estrutural do cais IV	2025-2027
Execução de dolfim no Cais II	2024
Contenção e enrocamento do Cais III	2027-2028
Data Center - Estrutura Civil	2024-2028
Data Center - Storage e Equipamentos	2024-2028
Equipamentos de Rede	2024-2028

Centro de Controle Operacional	2024-2026
Local Port Service	2025-2028
Equipamentos de CFTF e outros	2024-2028
Aquisição de Mobiliários	2024-2028
Equipamentos para Segurança Portuária	2024-2028
Outros Investimentos	2024-2028

Fonte: SCPAR.

SCPAR Porto de Laguna

Ação	Previsão (Ano)
Modernização da Frota de Laguna	2024-2026
Reforma do Telhado e da rede elétrica	2024-2025
Aquisição de esteiras de descarga	2024-2025
Promover o cumprimento de todas as obrigações do Convênio de Delegação 002/2019 firmado entre a União e o Estado de Santa Catarina.	2024-2028
Elaborar projeto de automação e pesagem das esteiras dos salões de descarga com vista a implantar redundâncias na verificação do faturamento do Porto de Laguna.	2024 – 2025
Apoio à execução do projeto de derrocagem e aprofundamento do canal de acesso ao Porto, proporcionando maior segurança a navegação e possibilitando a entrada de embarcações de maior porte. (demanda a ser contratada pela SIE)	2024 – 2028
Executar continuamente o Plano de Controle Ambiental (PCA), com ações que visam mitigar o impacto gerado pelas atividades portuárias.	2024-2028
Atualização da Carta Náutica 1901 e Implantação de	

plano de balizamento náutico definitivo para o Porto de Laguna com a finalidade de proporcionar maior segurança a navegação no canal de acesso.	2025
---	------

Fonte: SCPAR.

• **Aperfeiçoar a governança corporativa do Grupo:**

Ação	Previsão (Ano)
Realizar as adequações necessárias para atendimento à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e designar responsável pela implementação.	2024-2028
Adequar a Política de Transação com Partes Relacionadas de acordo com as boas práticas do IBGC.	2024
Revisar código de conduta para incluir medidas específicas a serem adotadas em situação de conflito de interesses no âmbito do conselho de administração	2024
Avaliar plano de cargos e salários da holding e portos.	2024
Elaborar programa de capacitação e qualificação contemplando as necessidades da empresa (implementação do compliance, governança, código de conduta e integridade, entre outros)	2024-2028
Revisar o Estatuto Social para contemplar as boas práticas estabelecidas pelo IBGC	2024 – 2028
Elaborar procedimentos formais de gestão de riscos	2024
Estruturar mecanismos formais de acompanhamento e monitoramento das práticas em relação ao código de conduta	2024
Aperfeiçoar a avaliação formal de desempenho do diretor presidente e conselho de administração, incluindo a elaboração de plano de ação.	2024

Implementar avaliação de desempenho e independência da Auditoria Independente	2024
Acompanhar a implementação do plano de integridade	2024-2028
Realizar o desinvestimento da participação acionária na investida Sapiens Parque	2024-2025
Equacionar as participações já provisionadas como perdas em TAC, Rossin e Proeza	2024

Fonte: SCPAR.

- **Prestar Serviços de Apoio Técnico Especializado na Estruturação e Gestão de Parcerias e Investimentos:**

Ação	Previsão (Ano)
Estruturar área específica dentro do organograma da SCPAR para atuação dentro do PPI-SC	2024
Desenvolver modelo de contratação da SCPAR pelo Estado (órgãos da administração direta e indireta) para a execução operacional do PPI-SC, para atuação na estruturação de projetos	2024
Desenvolver modelo de contratação da SCPAR pelo Estado (órgãos da administração direta) para a execução operacional do PPI-SC, para atuação na gestão de contratos de PPPs e de Concessões	2024
Desenvolver plano de capacitação e desenvolvimento profissional para o corpo funcional da SCPAR	2024 – 2028
Atuar junto aos órgãos da administração direta e indireta do Estado para identificar potenciais projetos de PPPs e de Concessões	2024-2028
Rever Marco Legal do PPI-SC, adequando regulamentos, decretos e elaborando projetos de Lei	2024
Aprovar nova estrutura de cargos Para atuação na Estruturação e Gestão de Projetos do PPI - SC junto ao GGG	2024
Preparar Concurso Público visando seleção de mão de obra técnica especializada e perene, ativo chave para prestação	2024

deste serviço.	
Providenciar espaço físico, mobiliário e equipamentos para as novas unidades de negócios de atração de investimentos e PPI-SC	2024-2028

Fonte: SCPAR.

• **Promoção e Atração de Investimentos:**

Ação	Previsão (Ano)
Estruturar área específica dentro do organograma da SCPAR para atuação na promoção e atração de investimentos	2024
Desenvolver modelo de contratação da SCPAR pelo Estado para a execução da promoção e atração de investimentos	2024
Desenvolver plano de capacitação e desenvolvimento profissional para o corpo funcional da SCPAR de promoção e atração de investimento	2024 – 2028
Aprovar nova estrutura de cargos para atuação na promoção e atração de investimentos junto ao GGG	2024
Rever Marco Legal de promoção e atração de investimentos, adequando regulamentos, decretos e elaborando projetos de Lei	2024
Fazer benchmarking com estruturas de outros estados para aperfeiçoar o a promoção e atração de investimentos	2024 – 2028
Desenvolver contrato de Gestão para viabilizar a unidade de Negócios de atração de investimentos	2024 – 2025
Preparar Concurso Público visando seleção de mão de obra técnica especializada e perene, ativo chave para prestação deste serviço.	2024
Providenciarr espaço físico, mobiliário e equipamentos para as novas unidades de negócios de atração de investimentos e PPI-SC	2024 – 2025

Fonte: SCPAR.

4 ORÇAMENTO

Abaixo são apresentados os orçamentos da SCPAR matriz e da filial Porto de Laguna para cumprimento das ações planejadas.

Tabela 7 – Orçamento Matriz

Descrição		2024	2025	2026	2027	2028
I	TOTAL CUSTEIO	13.767.461	14.180.485	14.605.899	15.044.076	15.495.399
I.I	SALÁRIOS E ENCARGOS	11.733.462	12.085.466	12.448.030	12.821.471	13.206.115
	TOTAL SALÁRIOS	6.846.593	7.051.991	7.263.551	7.481.457	7.705.9015
	TOTAL DE ENCARGOS	4.886.869	5.033.475	5.184.479	5.340.014	5.500.214
I.II	IMPOSTOS E TAXAS	276.645	284.944	293.493	302.297	311.366
I.III	DESPESAS OPERACIONAIS	140.797	145.021	149.372	153.853	158.468
I.IV	DESPESAS ADMINISTRATIVAS	480.527	494.943	509.791	525.085	540.837
I.VI	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	1.134.106	1.168.129	1.203.173	1.239.268	1.276.446
I.VI	DESPESAS FINANCEIRAS	1.924	1.982	2.041	2.102	2.165
II	TOTAL INVESTIMENTOS	616.179	975.000	375.000	575.000	
	TOTAL GERAL (I+II)	14.383.640	15.155.485	14.980.899	15.619.076	15.495.399

Fonte: SCPAR.

Tabela 8 – Orçamento Filial Porto de Laguna

Descrição		2024	2025	2026	2027	2028
I	TOTAL CUSTEIO	6.588.367	6.786.018	6.989.599	7.199.287	7.415.265
I.I	SALÁRIOS E ENCARGOS	631.423	650.366	669.877	689.973	710.672
	TOTAL SALÁRIOS	392.321	404.091	416.213	428.700	441.561
	TOTAL DE ENCARGOS	239.102	246.275	253.663	261.273	269.111
I.II	IMPOSTOS E TAXAS	237.964	245.103	252.456	260.030	267.831
I.III	DESPESAS OPERACIONAIS	81.680	84.130	86.654	89.254	91.932
I.IV	DESPESAS ADMINISTRATIVAS	942.881	971.167	1.000.302	1.030.312	1.061.221
I.VI	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	4.688.595	4.829.253	4.974.130	5.123.354	5.277.055
I.V	IMOBILIZADO					
I.VII	DESPESAS FINANCEIRAS	5.824	5.999	6.179	6.364	6.555
II	TOTAL INVESTIMENTOS	2.018.000	1.500.000	150.000		
	TOTAL GERAL (I+II)	8.606.367	8.286.018	7.139.599	7.199.287	7.415.265

Fonte: SCPAR.

Tabela 09 – ORÇAMENTO DE INVESTIMENTOS MATRIZ.

Descrição	2024
Equipamentos de Informática e Sistemas	160.787
Aquisição de Moveis e Utensílios	16.078
Participação Acionária em Empresas, Concessões e SPEs e também outras modalidades	375.000
Infraestrutura Empresa	32.157
Maquinas e Equipamentos	32.157
Total Geral Investimento Matriz	616.179

Fonte: SCPAR.

Tabela 10 – ORÇAMENTO DE INVESTIMENTOS PORTO DE LAGUNA.

Descrição	2024
Modernização da Frota	150.000
Aquisição de Esteiras de Descargas, Reforma Rede Elétrica e Reforma do Telhado	1.800.000
Equipamentos de Informática e Sistemas	68.000
TOTAL GERAL	2.018.000

Fonte: SCPAR.

5 ANÁLISE DE RISCOS

Objetivo	Risco	Análise	Resposta ao Risco
<p>Promover as parcerias, arrendamentos e concessões</p>	<p>Questionamentos de órgãos contábeis (MP e TCE) aos projetos</p>	<p>Os órgãos de controle são stakeholders diretos dos processos de desestatização, pois fiscalizam e tem o poder de impugnar qualquer projeto de concessão ou privatização.</p>	<p>Construir os processos em atendimento a todas as orientações dos órgãos de controle, como portarias, resoluções e instruções normativas. Além disso, estreitar o relacionamento da SCPAR com o TCE-SC por meio de visitas à entidade para debater os processos de desestatização do estado de Santa Catarina.</p>
<p>Garantir a eficiência da operação portuária</p>	<p>Perda da delegação</p>	<p>A perda de delegação pode decorrer do não cumprimento por parte do Estado dos requisitos exigidos pelo Governo Federal no Convênio de Delegação.</p>	<p>Demonstrar a melhoria na gestão dos portos delegados; demonstrar a contribuição econômica e social dos portos para o Estado de SC, por meio de evidências objetivas. Realizar um controle efetivo das obrigações exigidas nos convênios de delegação.</p>
<p>Garantir a eficiência da operação portuária</p>	<p>Crescimento dos portos privados concorrentes, que possuem melhores tecnologias e maior poder</p>	<p>Os portos privados possuem mais liberdade de negociação tarifária; não se submetem aos ditames legais nos processos de arrendamentos;</p>	<p>Modernizar os portos de interesse público; fazer gestão voltada para resultados; estabelecer política comercial, com ampliação dos arrendamentos e atração de novas cargas.</p>

	de investimento.	fazem gestão voltada para resultados; e tem capacidade de investimento.	
<p>Prestar serviços de Apoio Técnico Especializado na Estruturação e Gestão de Parcerias e Investimentos</p>	<p>Novos entrantes no mercado de estruturação de projetos no Estado e potencial rompimento de parcerias institucionais</p>	<p>O mercado de PPPs e Concessões é aquecido, novas instituições no estado tem se mostrado interessadas na atuação de estruturação de projetos de PPPs e Concessões. Para ganhar a expertise atual o Estado se valeu de parcerias institucionais importantes, com bancos de fomento, por exemplo. Um rompimento brusco não é o caminho mais indicado.</p>	<p>Atuar em parceria com instituições estaduais e outros entes, como bancos de desenvolvimento, delimitando as atuações de forma clara e atuando com cooperações institucionais, evitando atuações isoladas. Preferencialmente utilizar-se dos modelos de associação (oportunidade de negócio) previstas no art. 28 da Lei 13.303/2016 para atuar com tais instituições.</p>
<p>Promoção e Atração de Investimentos</p>	<p>Dificuldade em comunicar o retorno econômico da atividade</p>	<p>A atividade de atração de investimentos é primordial para o desenvolvimento econômico, geração de emprego e renda para os catarinenses, contudo a atividade empresarial de Promoção e Atração de Investimentos não se traduz em retorno financeiro direto</p>	<p>Investir em uma área de monitoramento e acompanhamento da atividade de atração de investimentos, com business intelligence, avaliando a performance da atividade e a geração de valor para o acionista. Área de tecnologia da informação e comunicação precisam ser profissionalizadas.</p>

para atividade, para a companhia,
mas sim em aumento da
arrecadação para
o seu acionista.

Fonte: SCP PAR.



Assinaturas do documento



Código para verificação: **8KMQ2390**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ **RODRIGO MATTOS MORO** (CPF: 038.XXX.489-XX) em 20/12/2023 às 11:36:22
Emitido por: "SGP-e", emitido em 25/04/2023 - 14:06:47 e válido até 25/04/2123 - 14:06:47.
(Assinatura do sistema)
- ✓ **ALEXANDRE AMIN SALUM JUNIOR** (CPF: 507.XXX.339-XX) em 20/12/2023 às 13:09:46
Emitido por: "SGP-e", emitido em 14/02/2022 - 14:15:03 e válido até 14/02/2122 - 14:15:03.
(Assinatura do sistema)
- ✓ **GISELE DE FARIA** (CPF: 003.XXX.469-XX) em 20/12/2023 às 13:25:07
Emitido por: "SGP-e", emitido em 28/02/2019 - 16:16:28 e válido até 28/02/2119 - 16:16:28.
(Assinatura do sistema)
- ✓ **MARCELO WERNER SALLES** em 20/12/2023 às 19:13:07
Emitido por: "SGP-e", emitido em 11/03/2021 - 08:10:51 e válido até 11/03/2121 - 08:10:51.
(Assinatura do sistema)
- ✓ **MÁRIO POVIA** em 21/12/2023 às 09:34:19
Emitido por: "SGP-e", emitido em 11/03/2021 - 08:11:30 e válido até 11/03/2121 - 08:11:30.
(Assinatura do sistema)
- ✓ **SYDNEY HERCILIO DA ROSA FILHO** (CPF: 015.XXX.869-XX) em 21/12/2023 às 11:48:10
Emitido por: "SGP-e", emitido em 18/01/2023 - 14:56:28 e válido até 18/01/2123 - 14:56:28.
(Assinatura do sistema)
- ✓ **GEAN CARLOS FERMINO** em 22/12/2023 às 12:28:10
Emitido por: "SGP-e", emitido em 25/04/2023 - 14:07:41 e válido até 25/04/2123 - 14:07:41.
(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0NQVJfMTA1NDJfMDAwMDEzNTBfMTM1MF8yMDIzXzhLTVEyMzIP> ou o site <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SCPAR 00001350/2023** e o código **8KMQ2390** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.